

Dora Kramer*

Unidade floresce na dor da maioria

A reação avassaladora à ideia dos 353 deputados que pretenderam incluir na Constituição um dispositivo protetor de malfetorias, remete à antiga constatação de Luiz Inácio da Silva (PT) sobre a existência de “300 picaretas” no Congresso, mas não só.

As manifestações de domingo passado (21) e a surra moral que os senadores aplicaram à Câmara no enterro da PEC da Blindagem na Comissão de Constituição e Justiça, mostraram que a construção de pautas convergentes é possível no ambiente radicalizado da política.

Requer que se perceba onde aperta o calo da maioria. Nas ruas, os protestos levaram o carimbo da esquerda, mas na sociedade e no Senado onde o voto é majoritário

e não conta com a proteção da proporcionalidade que elege deputados, a indignidade foi amplamente compreendida.

A repulsa ultrapassou barreiras da estíma ideológica ou, como se diz, furou as bolhas. Parlamentares de direita, e até bolsoristas, se engajaram no rechaço à quebra de limites. Donde é lícito supor que exista energia onde parecia vicejar a apatia.

Involuntariamente, os artífices da malandragem provocaram um curto-circuito daqueles capazes de despertar a coletividade para a necessidade dar um basta quando se chega à fronteira do inadmissível.

Na história recente vivemos alguns momentos de tomada de consciência que impulsionaram a unidade nacional. Resultaram, por exemplo, no fim da ditadura

e no êxito do combate à inflação. Houve desperdícios, como ocorreu com os atos de 2013 contra a ineficiência do Estado que afundaram nos equívocos de condução e na indiferença do poder público.

Será que não temos causas em comum a defender sem prejuízo da preservação das opiniões divergentes no campo do pensamento político? Uma delas diz respeito à impunidade. De parlamentares, de golpistas e do avanço do crime organizado frente ao Estado desorganizado para enfrentá-lo.

Segurança é questão de soberania nacional. Aperta o calo da maioria e tende a apertar ainda mais.

***Jornalista e comentarista de política**

Aristóteles Drummond

Esqueceram do Collor?

Ingratidão e esquecimento são fatores lamentavelmente presentes na vida pública dos países. E no Brasil não tem sido diferente, sendo que desde que surgiu o debate ideológico nos anos 60 temperados pela intolerância e o ódio. Decididamente não se faz democracia assim.

O ex-presidente Fernando Collor está cumprindo pena por condenação por suposta participação numa estatal que certamente nunca pisou, mas que teria indicado um dos seus diretores. Já respondeu por dezenas de processos e nada foi apurado que justificasse uma condenação. Este caso prosperou e acabou preso, no mesmo país de réus confessos, milhões devolvidos, negócios com nítidas digitais de políticos.

Fernando Collor exerceu funções na vida pública pela vontade popular como deputado, governador e senador por dois mandatos. No seu processo de impedimento, ficou sem direitos políticos, o que não ocorreu com a presidente Dilma, também impedida. Voltou com duas eleições e exer-

cício do mandato com bom convívio entre seus pares.

Tocar no seu caso neste momento faz sentido na medida em que se fala tanto em anistia e ninguém se lembra do ex-presidente que está preso e cuja condenação teve certamente fundamentos jurídicos para acobertar vingança e ódio de inspiração ideológica.

O diferencial dele com os envolvidos na Lava-Jato e agora neste processo envolvendo política é que o Brasil deve muito a gestão de Fernando Collor na Presidência da República. Não se pode esquecer os avanços que promoveu e que seus opositores, que passaram a dominar a cena política desde então, não tiveram a coragem de interromper. Ou, no caso dos governos petistas, suspenderam, mas não anularam os rumos liberais da economia que tanto tem feito pelo Brasil nos últimos 50 anos.

Como negar ter acabado com títulos ao portador, regularizando o mercado de capitais diante do fisco, que provocou avanços tecnológicos na indústria nacional, em especial a automobilística, que passou a ter presença

em outros mercados, as privatizações, que, ao longo destas décadas, pouparam o erário prejuízos pela má gestão ou deslavada corrupção? Cada vez fica mais claro que a mobilização que o levou à perda do mandato por uma compra mal explicada de um modesto automóvel tenha tido inspiração ideológica com o consentimento de uma burguesia moralista e alienada. Afinal, o ex-presidente nasceu em família rica, pois seu o avô Lindolfo foi ilustre ministro de Vargas, o pai foi empresário de destaque no Rio e em Alagoas. Poderia, no máximo, ter sido imprudente no seu grupo mais íntimo, mas cujos benefícios eventuais não modificaram o seu viver. Bem diferente de outros políticos e seus familiares envolvidos em questões financeiras de propinas, imóveis, “rachadinhas” e outros malfeitos.

Uma anistia política, para ser justa, deveria incluir o ex-presidente a quem os brasileiros lúcidos não podem deixar de ter uma dívida de gratidão. Pode ter errado, mas o saldo parece ser muito positivo em termos de serviços prestados ao Brasil.

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Sobe o número de mortes por intoxicação com metanol em São Paulo. Super-ricos pagam menos IR que classe média

1-FREI CHICO, IRMÃO DE LULA será convocado para CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquério) do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social? Senador responde. Izalci Lucas (PL-DF) afirmou que quebra de sigilos pode revelar influência política em contratos de entidades sindicais com órgãos públicos. A convocação de José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para depor na CPMI está em análise. Leia mais clicando no (...) (VEJA)

3-LULA VETA MUDANÇAS NA LEI DA FICHA LIMPA. Por Ivan Martínez-Vargas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou os dispositivos que, na prática, reduziriam o período de inelegibilidade de políticos.(...) (O GLOBO) “A democracia é incumbência de toda a cidadania.” Na solenidade de posse do novo presidente do STF – Supremo Tribunal Federal -, ministra Cármen Lúcia destacou que atentar contra a democracia é violentar a Constituição. (...) (TSE,JUS.BR)

4-SOBE NÚMERO DE MORTES POR INTOXICAÇÃO. Sobe para 5 número de mortes por intoxicação com metanol em São Paulo, diz secretário. Eleuses Paiva, chefe da pasta da Saúde no estado, afirma que todos os casos são registrados na Grande São Paulo (Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá e Rio Grande da Serra) e na capital. A intoxicação com metanol em SP, afirma secretário da Saúde. Eleuses Paiva diz que casos ocorreram na Grande São Paulo e capital. Por Giulia Peruzzo. De acordo com Eleuseus, no total há 22 casos envolvendo a contaminação por metanol — 7 confirmados e 15 em investigação. (...) (FOLHA DE S. PAULO) PF abre inquérito para investigar intoxicação por metanol em bebidas. O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski disse que caso se estende além de São Paulo. Por Bruno Caniato. (...) (VEJA) BEBIDA ADULTERADA CAUSA MEDO. Bebida adulterada: bar

segue servindo caipirinhas, mas clientes têm medo. Por Pedro Vilas Boas. O bar em São Paulo onde uma designer de interiores diz ter consumido caipirinha e perdido a visão segue servindo a bebida e afirma que a situação foi controlada, mas o clima é de medo entre os clientes do estabelecimento, localizado no Jardim Paulista, bairro de alto padrão da capital. O Ministério da Justiça confirmou a terceira morte por intoxicação relacionada ao metanol após consumo de bebida alcoólica. Vítima é um homem de 45 anos que morreu no dia 28 de setembro em São Bernardo do Campo. As outras duas vítimas, com mortes por intoxicação confirmada, são dois homens, de 38 e 48 anos. Os casos, confirmados ao UOL pelo Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo, ocorreram neste mês na capital paulista e em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. (...) (UOL)

5-METANOL. É POSSÍVEL DESCOBRIR? Risco de intoxicação: é possível descobrir antes se meu drink tem metanol? A confirmação de três mortes por intoxicação por metanol em São Paulo ligou um alerta nos consumidores. Não existe, porém, nenhum teste confiável para identificar a presença da substância nas bebidas antes do consumo. Não tem como identificar o metanol na bebida preventivamente. Geralmente a substância não apresenta diferença de sabor ou cor, explicou ao UOL – Universo On Line - Mariana de Moura Pereira, especialista em análises clínicas e pesquisadora do Laboratório de Toxicologia da USP – Universidade de S. Paulo. (...)

6-- NOVA REGRA DOS RETROVISORES entra em vigor para todos os motoristas com CNH no Brasil. Por Letícia Bonfante. A nova lei dos retrovisores já está em vigor e vale para todos os motoristas com CNH no Brasil. As normas foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e têm como foco principal ampliar a segurança viária. O destaque recai

sobre veículos de transporte escolar, como vans e micro-ônibus, nos quais o campo de visão do motorista precisa ser mais amplo para evitar acidentes envolvendo crianças. Os retrovisores devem ser ajustáveis e instalados de maneira firme, sem risco de deslocamento. Além disso, o design deve permitir que pessoas de baixa estatura, incluindo estudantes, fiquem visíveis ao condutor em qualquer situação. (...) (CORREIO DO ESTADO)

7-SUPER-RICOS PAGAM MENOS IMPOSTO QUE A CLASSE MÉDIA. desde 2009, revela estudo inédito. Mariana Schreiber. Os super-ricos brasileiros, contribuintes com ganhos milionários, pagam proporcionalmente menos da metade do Imposto de Renda da classe média, mostra um levantamento inédito do Sindifisco Nacional, sindicato que representa os auditores-fiscais da Receita Federal. Os dados detalhados para a BBC News Brasil revelam que a tributação da renda dos contribuintes mais ricos apresentou tendência de queda nas duas últimas décadas, recuando quase 40% entre 2007 e 2023, devido aos ganhos mais elevados com dividendos — lucros distribuídos pelas empresas a acionistas que não são tributados no país desde 1996. Por outro lado, brasileiros de ganho intermediário estão pagando cada vez mais imposto, devido ao congelamento da tabela do IR, defasada em relação à inflação. (...) (BBC NEWS BRASIL)

8-DATA: 1º DE OUTUBRO. Dia do Idoso. Dia do Vereador. Nascimentos (exemplos): 1920 — Wálter Matthau, ator e cantor norte-americano. 1924 - Jimmy Carter, político estadunidense. (...) (WIKIPÉDIA)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

EDITORIAL

Quem deveria proteger, fere

Há uma linha muito clara que separa quem luta pela justiça de quem contribui para a perpetuação da violência. E quando essa linha é atravessada por alguém que deveria ser voz ativa na defesa das mulheres, o cenário deixa de ser apenas lamentável — ele se torna revoltante. Mais do que uma opinião isolada, a declaração de uma vereadora dizendo-se “a favor da violência contra mulher” escancara um abismo entre o que se espera de uma representante pública e o que de fato ela entrega à sociedade.

O papel de uma parlamentar, sobretudo mulher, não é apenas simbólico. Ela carrega em sua fala e em suas ações o poder de transformar realidades. E ao afirmar que, em certas situações, a mulher “merece” ser agredida, essa vereadora não só banaliza a dor de milhares de vítimas como reforça o discurso que sustenta a impunidade e o medo. Em vez de acolher, ela julga. Em vez de proteger, ela autoriza. Em vez de lutar por políticas públicas, ela legitima o agressor.

No Brasil, a violência contra a mulher é uma epidemia silenciosa que se espalha dentro de casa, entre quatro paredes, diante dos olhos dos filhos, dos vizinhos, da sociedade inteira. Diariamente, milhares de mulheres são empurradas, espancadas, insultadas, violentadas. E, mais grave ainda, muitas dessas violências são naturalizadas, vistas como parte de uma rotina doméstica que não deve ser questionada. Há quem diga que é briga de casal, que ninguém deve se meter. E há, agora, quem diga, em pleno plenário, que a agressão pode ser justificada.

Quando uma figura pública verbaliza esse tipo de pensamento, ela dá permissão. Ela alimenta a cultura que diz que mulher “provoca”, que

“tem que saber se comportar”, que “apanhou porque fez por merecer”. Ela enfraquece anos de luta, desrespeita as conquistas legais, e empurra as vítimas de volta para o silêncio. A mulher que apanha passa a pensar que talvez seja culpa dela. E o agressor ganha o respaldo que procurava: se até uma vereadora pensa assim, por que ele seria punido?

Não é admissível que alguém eleita para servir à população use sua posição para reforçar estigmas e discursos violentos. Isso não é liberdade de expressão. Isso é compactuar com o crime. Isso é falhar com as mulheres que enfrentam o medo todos os dias e que depositaram nela o seu voto de confiança nas urnas. Isso é abandonar a responsabilidade mais básica de quem assume um cargo público: cuidar das pessoas.

Não é só sobre uma fala infeliz. É sobre a dor que ela reativa. É sobre as vidas que ela pode colocar em risco. Porque, quando se naturaliza a violência, o próximo tapa não será visto como violência. Será visto como correção. Quando se relativiza a culpa, a próxima vítima será vista como responsável. E a próxima morte será só mais um número que ninguém vai lembrar.

A indignação precisa ir além da manchete. É preciso reação, responsabilização e urgência. É preciso que os parlamentos, os partidos, os eleitores e a sociedade como um todo digam em voz alta: não, não aceitaremos que representantes do povo legitimem a violência. E, principalmente, é preciso lembrar que cada vez que alguém com poder compactua com o agressor, ela mesma se torna parte da agressão.

A luta contra a violência de gênero não se faz com convivência. Se faz com coragem.

Mais remédios, mais acesso à saúde

A nova edição da Relação de Medicamentos Essenciais do Distrito Federal (Remede-DF) mostra um avanço importante para a saúde pública. Com a inclusão de mais de 40 novos remédios entre 2024 e 2025, a rede do SUS amplia as opções de tratamento e melhora o acesso da população a terapias seguras e eficazes.

Os destaques vão para medicamentos usados contra doenças graves, como o Pembrolizumabe, no tratamento do melanoma, e o Ribociclibe, que auxilia no combate ao câncer de mama. Outra novidade é a inclusão do Nirsevimabe, que protege crianças contra o vírus sincicial respiratório, tornando o DF pioneiro no país

nesse tipo de prevenção.

Essas mudanças mostram um esforço do sistema público para acompanhar o avanço da medicina e oferecer cuidados atualizados. No entanto, o desafio é grande: novas tecnologias surgem rapidamente e exigem equilíbrio entre a oferta de tratamentos modernos, o uso racional de recursos e a manutenção da estrutura do SUS. Atualizar a lista de medicamentos vai além de ampliar o catálogo. É garantir que mais pessoas tenham acesso ao que há de melhor em saúde, com eficiência e responsabilidade. A medida reforça o compromisso do Estado em cuidar da população e tornar o direito à saúde uma realidade concreta.

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBS-Quadra 2 conjunto B Lt.10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.